



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66937 - PE (2021/0222970-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ARMANDO VERISSIMO DA SILVA
ADVOGADO : SORAIA DE FATIMA VELOSO MARTINS - PE031007
RECORRIDO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DEMÓCRITO ALMEIDA DE QUEIROZ GOMES E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, por ARMANDO VERISSIMO DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO que denegou o *writ*.

Alega o recorrente que "resta evidente os requisitos para a concessão da Segurança sem a necessidade da exigência de laudo para atestar a insalubridade, isto, a luz do artigo 374, I, do Código de Processo Civil" (fls. 168-169).

Requer a reforma do acórdão proferido no TJPE, "promovendo a correta aplicação quanto ao disposto no texto constitucional", para determinar a "implantação do adicional de insalubridade em grau médio, no percentual de 40% sobre os vencimentos do recorrente" (fl. 169).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O recorrente não comprovou o risco de dano irreparável, sem mencionar qualquer justificativa na petição inicial.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – implantação do adicional de insalubridade – confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que

demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente